



TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Rondônia / Acre

RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006



RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006

Porto Velho/RO
2007

GESTÃO 2005/2006

Presidência - Juíza Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria
Vice-Presidência - Juiz Mário Sérgio Lapunka/Juiz Carlos Augusto Gomes Lôbo
Ouvidoria-Geral - Juiz Edson Carvalho Barros Júnior/Juíza Maria do Socorro Costa Miranda
Diretoria da Escola Judicial - Juiz Shikou Sadahiro
Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios - Juiz Edson Carvalho Barros Júnior/Juiz Vitor Leandro Yamada
Secretaria-Geral da Presidência - Cristiane Castro de Araújo
Assessoria Judicial - Judson Baptista de Souza Lima/Edelmiro Pinto da Silva
Assessoria Administrativa - Amarildo Bezerra da Silva
Secretaria do Tribunal Pleno - Hebert Eugênio Gonçalves
Secretaria da Corregedoria Regional - Francisco de Assis Félix da Silva Filho
Diretoria de Controle Interno e Auditoria - Whander Jeffson da Silva Costa
Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária - Romário Nunes Thaddeu
Diretoria de Serviço de Cadastramento Processual - Herbert Rodrigues Lopes
Diretoria de Serviço de Documentação e Informação - Liduina Maria das Chagas Landim
Diretoria de Serviço de Recursos e Distribuição de 2º Grau - Francilena Salvatierra da Silva Oliveira
Diretoria de Serviço de Cálculos Judiciais - Aluizio José Barros Nery/Henrique Soares Valente Neto
Diretoria-Geral - Lélcio Lopes Ferreira Júnior
Secretaria de Coordenação Administrativa - George Alessandro Gonçalves Braga
Diretoria de Serviços Gerais - Robison Couto Novaes/Hely Calixto da Cruz
Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio - Jessé Azevedo Machado/Olegário de Oliveira Reis
Diretoria de Serviço de Orçamento e Finanças - Cleuva Silva Sales de Souza
Secretaria de Recursos Humanos - Márcio da Silva Lima
Secretaria de Tecnologia da Informação - Clávio Wellington de Araújo Tenório/Mateus Damasceno Correa
Secretaria do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios - Renata Krieger Arioli /Elias Helario Wachholz

EXPEDIENTE

Organização: Neide Medeiros de Lira
Fotografias: ASCOM TRT14 / ASCOM Gov. do Acre / Polícia Federal
Revisão Gramatical: Raimundo Cleudeci de Paula Chaves
Projeto e Conceito Gráfico: Hélio José Moreira / ASCOM

APRESENTAÇÃO

Assumimos a presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no dia 25.02.2005, com a responsabilidade de suceder o Presidente Mário Sérgio Lapunka e o compromisso de dar continuidade aos aprimoramentos implementados e às boas realizações dos demais presidentes que nos antecederam, em busca do objetivo maior: excelência no cumprimento da missão institucional deste Regional, que é a distribuição de Justiça, aprimorando cada vez mais o conceito da Instituição perante a sociedade.



Compartilhamos, pois, com este relatório de gestão do biênio 2005/2006, a alegria de termos conseguido realizar, com a colaboração dos magistrados e servidores desta Casa, grande parte das metas traçadas no início da Administração e muitas outras, surgidas do espírito empreendedor dos que aqui laboram, e abraçadas, para o bem do interesse público, pois era compromisso, registrado inclusive no discurso de posse, que na busca pela excelência nenhuma boa idéia seria desconsiderada.

Assim, com a sensação do dever cumprido e a humildade de compreender que os que nos sucederão farão ainda melhor, pois muito foi feito nesse período, mas ainda há muito por fazer, finalizamos agradecendo a colaboração de todos que participaram das realizações aqui apresentadas e que contribuíram para o engrandecimento desta Corte.

ELANA CARDOSO LOPES LEIVA DE FARIA

Presidente do TRT-14ª Região / Biênio 2005/2006

SUMÁRIO

BREVE HISTÓRICO	9
COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL	13
MAPA DA JURISDIÇÃO.....	16
EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA.....	17
PECULIARIDADES REGIONAIS.....	21
AÇÕES PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	25
CORREIÇÕES.....	28
PARCERIAS.....	30
PROGRAMA DA QUALIDADE	32
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO-PARTICIPATIVO.....	34
PROCESSOS INTERNOS.....	35
COMUNICAÇÃO E CIDADANIA.....	38
GESTÃO DE PESSOAS	41
TECNOLOGIA E JUSTIÇA	47
ATUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL.....	50
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	56
DESTAQUES.....	57
COMEMORAÇÕES.....	60

BREVE HISTÓRICO

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com sede em Porto Velho e jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, foi criado pela Lei nº 7.523, de 17 de julho de 1986, assinada pelo Presidente da República, José Sarney e pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard. Em Sessão Solene realizada dia 28 de novembro de 1986, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, conduzida pelo Exmo. Sr. Ministro Carlos Coqueijo Torreão da Costa, foi instalado, oficialmente, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Os desafios da modernidade impuseram a todos nós juízes, servidores e usuários desta Justiça Especializada, a obrigação de preservar as conquistas dos 20 anos da instalação, comemorados no dia 28 de novembro de 2006, e de alicerçar os compromissos e as metas para o futuro.

Juntos, todos deram sua efetiva contribuição para concretizarmos um projeto maior, de defesa, garantia e resgate dos direitos dos cidadãos, desde que há 33 anos nas Capitais dos Estados de Rondônia e Acre, respectivamente, Porto Velho e Rio Branco, foram instaladas as duas primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento, marcando assim o início dessa bem sucedida trajetória, inspirada nos verdadeiros clamores do conjunto da sociedade.

Hoje, o TRT da 14ª Região conta com 32 Varas do Trabalho para atender os jurisdicionados de Rondônia e Acre, sendo 22 no Estado de Rondônia e 10 no Estado

do Acre, além das unidades itinerantes que prestam atendimentos às comunidades de difícil acesso e que ainda não possuem Vara do Trabalho convencional, tendo como meta atender com presteza e eficiência à crescente demanda processual. No cumprimento de sua missão institucional, o TRT da 14ª Região



compõe-se de sete membros efetivos no Tribunal Pleno (o juiz de primeiro grau Shikou Sadahiro atua como convocado na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho), 52 juízes de primeiro grau, sendo 30 titulares e 22 substitutos, e 762 servidores desempenhando

atividades nas áreas fim e meio nas Varas do Trabalho, Edifício-sede e Fóruns de Ariquemes, Ji-Paraná, Porto Velho e Rio Branco.

No início da gestão, o Tribunal Pleno era formado pelos juízes do tribunal, Vulmar de Araújo Coêlho Junior, Maria do Socorro Costa Miranda, Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria e Mário Sérgio Lapunka, e, em face da aposentadoria dos demais juízes da Corte, encontravam-se convocados os juízes de primeiro grau, Carlos Augusto Gomes Lôbo, Shikou Sadahiro, Francisco de Paula Leal Filho e Lafite Mariano.

No ano de 2005, os juízes Maria Cesarineide de Souza Lima, Carlos Augusto Gomes Lôbo e Vania Maria da Rocha Abensur foram empossados juízes do tribunal. A juíza Maria Cesarineide, em abril, tomou posse na vaga correspondente ao quinto constitucional

destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, em razão da aposentadoria da juíza Rosa Maria Nascimento Silva. Em julho, o juiz Carlos Lôbo foi promovido por merecimento para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria da juíza Flora Maria Ribas Araujo, e, em seguida, foi eleito vice-presidente da Corte. Ainda em julho, a juíza Vania Abensur foi promovida por antigüidade para a vaga decorrente da aposentadoria do juiz Pedro Pereira de Oliveira. A vaga destinada ao quinto constitucional do Ministério Público do Trabalho, em decorrência da aposentadoria do juiz Heraldo Fróes Ramos, encontra-se sem preenchimento desde o ano de 1998, permanecendo convocado o juiz Shikou Sadahiro, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho.

Com essas promoções e respectivas remoções, foi possível o preenchimento da titularidade de Varas do Trabalho que se



encontravam vagas. Os juízes Arlene Regina do Couto Ramos, Shikou Sadahiro, Lafite Mariano, Domingos Sávio Gomes dos Santos e Isabel Carla de Melo Moura Piacentini foram empossados na titularidade da 5ª, 4ª, 1ª, 2ª e 6ª Varas do Trabalho de Porto Velho, respectivamente, e os juízes Eduardo Antônio O'Donnell Galarça Lima e Maria de Jesus Lins Guimarães, na titularidade das Varas do Trabalho de Vilhena e Sena Madureira, respectivamente. Essa movimentação ocorrida, bem como a realização dos dois novos concursos para ingresso na magistratura, viabilizou a promoção dos novos juízes à titularidade das demais Varas do Trabalho que se encontravam ainda vagas e posteriores remoções. Os juízes Luzinalia de Souza Moraes, para a titularidade da 2ª VT de Ji-Paraná, Ricardo César Lima de Carvalho Sousa, para a VT de Ouro Preto D'Oeste, André Sousa Pereira, para a 2ª VT de Ariquemes, Monica Harumi Ueda,

para a VT de Jarú, Edson Carvalho Barros Júnior, para a 1ª VT de Ariquemes, Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim para a VT de Epitaciolândia, Antônio César Coêlho de Medeiros Pereira, para a VT de Cruzeiro do Sul, Consuelo Alves Vila Real, para a VT de Buritis, José Roberto da Silva, para a VT de São Miguel do Guaporé, Linbécio Coradini, para a VT de Machadinho D'Oeste e Christiana D'Arc Damasceno Oliveira, para a VT de Feijó.

Confira aqui o que foi realizado no biênio 2005/2006. Uma retrospectiva da atuação do Tribunal, ressaltando os principais fatos e as mais importantes atividades realizadas no período enfocado. Trata-se de balanço voltado para os jurisdicionados, advogados, membros do Ministério Público, juízes e servidores.



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Juizes do Tribunal Pleno

Vulmar de Araújo Coêlho Junior
Maria do Socorro Costa Miranda
Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria
Mário Sérgio Lapunka
Maria Cesarineide de Souza Lima
Carlos Augusto Gomes Lôbo
Vania Maria da Rocha Abensur
Shikou Sadahiro (convocado)

JUÍZES DE 1ª INSTÂNCIA

Juízes Titulares

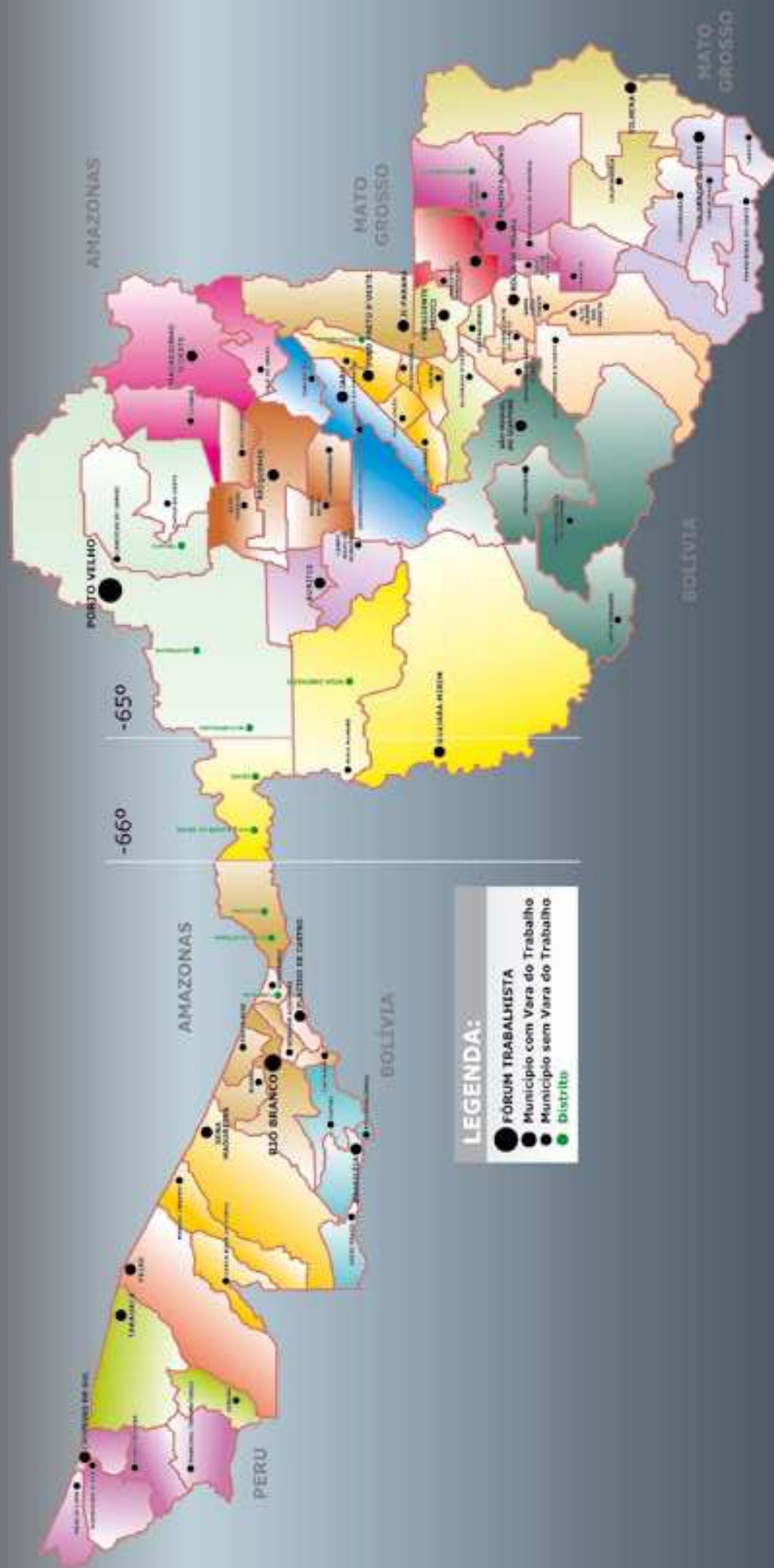
Ilson Alves Pequeno Júnior
Arlene Regina do Couto Ramos
Socorro Elizabeth Oliveira Maia
Shikou Sadahiro
Francisco de Paula Leal Filho
Lafite Mariano
Ana Maria Rosa dos Santos
Afrânio Viana Gonçalves
Osmar João Barneze
Domingos Sávio Gomes dos Santos
Eduardo Antônio O'Donnell Galarça Lima
Rosangela Cipriano dos Santos
Ricardo Turesso
Isabel Carla de Mello Moura Piacentini
Ana Carla dos Reis
Jairo Silva Santana
Maria de Jesus Lins Guimarães
Marco Antônio Fernandes
Marlene Alves de Oliveira
Luzinalia de Souza Moraes
Ricardo César Lima de Carvalho Sousa
André Sousa Pereira
Monica Harumi Ueda
Edson Carvalho Barros Júnior
Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim
Antônio César Coêlho de Medeiros Pereira
Consuelo Alves Vila Real
José Roberto da Silva
Linbércio Coradini
Christiana D'Arc Damasceno Oliveira

Juízes Substitutos

Silmara Negrett Moura
Cleide Aparecida Barbosa
Patrick Menezes Colares
Sebastião Abreu de Almeida
Vitor Leandro Yamada
Celso Alves Magalhães
Eudes Landes Rinaldi
Ana Paula Kotlinsky Severino
Cândida Maria Ferreira Xavier
Andrea Alexandra Barreto Ferreira
Edilson Carlos de Souza
Rui Barbosa de Carvalho Santos
Carlos Leonardo Teixeira Carneiro
Saulo Marinho Mota
Francisco José Pinheiro Cruz
Edemar Borchardt Ribeiro
Elinay Almeida Ferreira de Melo
Jaqueline Maria Menta
Francisco Montenegro Neto
Horácio Raymundo de Senna Pires Segundo
Alessandra Duarte Antunes dos Santos Freitas
Wadler Ferreira



Jurisdição das Varas do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
Rondônia / Acre



EXPANSÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Três novas Varas do Trabalho

Foram instaladas as três Varas do Trabalho restantes das cinco criadas pela Lei 10.770/2003, quais sejam: a 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho (05.12.2005), com a ilustre presença do então Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, e do Governador do Estado de Rondônia, Ivo Narciso Cassol; a 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes (13.12.2005) e a 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná (14.12.2005). Assim, ao final do biênio 2005/2006, o TRT da 14ª Região conta com 32 Varas para atender os jurisdicionados de Rondônia e Acre, além das unidades itinerantes que prestam atendimentos às comunidades de difícil acesso e que ainda não possuem Vara do Trabalho convencional.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

Inauguração das sedes próprias das Varas do Trabalho de Feijó, Eptaciolândia e Cruzeiro do Sul no Estado do Acre

As inaugurações das Varas do Trabalho de Feijó, Eptaciolândia e Cruzeiro do Sul, ocorreram, respectivamente, nos dias 06.11.2006, 08.11.2006 e 11.12.2006, e tiveram por finalidade promover o acesso à Justiça, bem como atender aos interesses da população com maior celeridade, dignidade e conforto, na resolução dos litígios trabalhistas. A construção das sedes próprias das Varas do Trabalho de Feijó e Eptaciolândia foi feita em parceria com o Banco do Brasil, e a de Cruzeiro do Sul, com recursos próprios. Os terrenos foram doados pelos municípios e todas estão equipadas com móveis ergonômicos e conectadas à rede do Tribunal, garantindo maior rapidez e qualidade no atendimento ao usuário.





RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006

Transferência da sede da Vara do Trabalho de Costa Marques (RO) para o Município de São Miguel do Guaporé (RO)

Com a finalidade de servir de canal de comunicação entre a comunidade (formada pelos operadores do direito e jurisdicionados) e os juízes de primeiro grau (titulares e substitutos) em exercício nos locais com maior desenvolvimento econômico e crescimento populacional, possibilitando maior e melhor acesso aos interessados a esta Justiça Especializada, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região transferiu a sede da Vara do Trabalho de Costa Marques (RO) para o Município de São Miguel do Guaporé (RO), com jurisdição nos mencionados municípios e nos municípios de Seringueiras e São Francisco do Guaporé, tendo sido instalada em 19.09.2005, com solenidade de início das atividades no dia 30.09.2005.



PECULIARIDADES REGIONAIS

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região conta com locais de difícil acesso e outros de vertiginoso crescimento, como Buritis, a cidade que mais se desenvolve no Brasil, sendo o sexto maior TRT em área territorial (390 mil km²). Somente o Município de Porto Velho, com 34 mil km², abrange área maior que todo o TRT de Sergipe, com 21 mil km², e o TRT de Alagoas, com 27 mil km². De Vilhena, extremo sul de Rondônia, até Cruzeiro do Sul, extremo oeste do Acre (e do Brasil), são aproximadamente 1900 quilômetros, distância equivalente àquela de Porto Alegre-RS a Vitória-ES, trajeto que abrange 6 TRTs. A Região conta com três Varas do Trabalho cujo acesso só é possível via aérea, quais sejam: Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. Há ainda três Varas do Trabalho, nas cidades de Buritis, Machadinho D'Oeste e São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia, em que o acesso se dá por vias não pavimentadas. Assim, tanto juízes quanto servidores enfrentam percalços para a prestação dos serviços em tais localidades, como na Região de Feijó e Tarauacá, em que é necessário o transporte em avião de pequeno porte, para o trecho Rio Branco-Tarauacá-Feijó, com travessia dos rios Tarauacá e Envira, em balsas rústicas de madeira. Nessas embarcações, passageiros se misturam a veículos que mal conseguem subir a rampa escorregadia das margens dos rios. Apesar das dificuldades enfrentadas, o Tribunal não mede esforços para cumprir sua missão institucional, levando o acesso à justiça a todos os rincões de sua jurisdição.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006



Combate ao Trabalho Forçado

A Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da Presidência da República relembra que passados mais de 100 anos da assinatura da Lei Áurea, o nosso País ainda convive com as marcas deixadas pela exploração da mão-de-obra escrava.

No Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos.

Apresenta-se de maneira mais sutil do que no século passado e, por isso mesmo, com características perversas.

A característica mais visível do trabalho escravo é a falta de liberdade.

As quatro formas mais comuns de cercear essa liberdade são: servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença de guardas armados.

Essas características são freqüentemente acompanhadas de condições subumanas de vida e de trabalho e de absoluto desrespeito à dignidade de uma pessoa. Segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006

Os dados evidenciam uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonham não somente os brasileiros, mas toda a comunidade internacional.

Consciente de que a eliminação do trabalho escravo constitui condição básica para o Estado Democrático de Direito, o Governo elegeu como uma das principais prioridades a erradicação de todas as formas contemporâneas de escravidão. E o enfrentamento desse desafio exige vontade política, articulação, planejamento de ações e definição de metas objetivas. Para isso, foi lançado o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que apresenta medidas a serem cumpridas pelos diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade civil brasileira.

Cumprindo sua missão institucional, o TRT-14ª Região, por meio de ações do projeto “Justiça do Trabalho e Você” - Varas do Trabalho itinerantes, em continuidade ao trabalho realizado em gestões anteriores, ressaltando-se a realização da primeira audiência em aldeia indígena (tribo Ashaninka), envolvendo trabalho forçado de silvícolas a proprietário rural na localidade de Mâncio Lima-AC, tem realizado ações em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho e com apoio das Polícias Federal, Militar e Civil Estadual, no combate a estas formas degradantes de exploração, permitindo de forma mais eficaz a verificação “in loco” das condições a que são submetidos os trabalhadores, principalmente na zona rural desta Região, em que o desmatamento é ainda comum.



AÇÕES PARA MELHORIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Ampliação do Projeto das Varas Itinerantes, Operação “Justiça do Trabalho e Você”

O Programa Varas Itinerantes, operação “Justiça do Trabalho e Você”, tem por finalidade levar os serviços desta Justiça Especializada aos locais em que não existem Varas do Trabalho convencionais, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. No biênio 2005/2006, o programa foi ampliado e passou a contar com três novas unidades móveis, equipadas com sala de audiência e computadores para tomada de reclamações, e três carros de propaganda volante, que dão suporte às ações itinerantes. As Unidades Móveis do TRT têm servido de instrumento de aproximação da Justiça do Trabalho ao cidadão na região amazônica, percorrendo mais de 6,3 mil km, permitindo que em 2006 o atendimento chegasse a todos os municípios do Estado de Rondônia e 81,8% dos municípios do Estado do Acre.



Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios

Assim como nos anos anteriores, o trabalho desenvolvido pelo Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, coordenado inicialmente pelo juiz Shikou Sadahiro, e posteriormente pelos juízes Edson Carvalho Barros Júnior e Vitor Leandro Yamada, reforçou a certeza de que o caminho percorrido por este Tribunal encontra-se em total consonância e atende plenamente aos anseios sociais. Os Convênios de Cooperação Mútua firmados entre este Tribunal e os diversos entes da Fazenda Pública Estadual e Municipal são a ferramenta mais adequada e a que atinge os melhores resultados no pagamento dos precatórios. Somente no ano de 2006, foram eles responsáveis pela quitação de 138 (cento e trinta e oito) precatórios e 287 (duzentos e oitenta e sete) requisições de pequeno valor, que, somados, atingiram a cifra de R\$8.609.666,22 (oito milhões, seiscentos e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos).

No mesmo ano, a União, por intermédio deste Regional, quitou 26 precatórios e 67 requisições de pequeno valor, que atingiram a cifra de R\$470.040.273,72 (quatrocentos e setenta milhões, quarenta mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos).

Os excelentes resultados alcançados no biênio repetem aqueles obtidos nos anos anteriores.



Celeridade nos Cálculos Judiciais

Como forma de uniformizar os métodos de liquidação dos processos trabalhistas e unificar a realização dos cálculos de liquidação das Varas do Trabalho situadas em Porto Velho e os do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, ainda na gestão anterior foi criada a Diretoria de Cálculos Judiciais. Compreendendo a importância da celeridade na solução desta fase judicial, que dá ensejo a muitos retrabalhos, a Administração reforçou o setor, dotando-o de equipamentos e recursos humanos necessários, o que levou ao incremento da produtividade resultando na solução, durante o biênio 2005/2006, de 5.952 (cinco mil novecentos e cinquenta e dois) processos liquidados, tendo restado, no encerramento do exercício, apenas 11 processos pendentes de liquidação no setor.

Projeto de aumento do número de magistrados que compõem o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

Durante a 6ª Reunião Extraordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprec, realizada na cidade de Aracaju/SE, nos dias 18 e 19 de julho de 2006, decidiu-se, em face da ampliação da competência da Justiça do Trabalho por força da Emenda Constitucional nº 45/2004, que os Tribunais do Trabalho compostos por 8 (oito) membros apresentariam, de forma conjunta, proposta de aumento do número de juízes.

Este Tribunal, analisando as peculiaridades da região, o aumento do número de Varas do Trabalho, bem como a necessidade de realização de Varas Itinerantes em localidades longínquas dos Estados de Rondônia e Acre, apresentou, em agosto de 2006, ao Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho – Coleprec, para posterior encaminhamento ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fim de regular tramitação e ulterior envio de projeto de lei, pelo Tribunal Superior do Trabalho, ao Poder Legislativo da União, proposta de aumento, de 8 para 10, do número de cargos de magistrados que compõem o Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.



CORREIÇÕES

Foram realizadas no biênio correções em todas as Varas do Trabalho sob jurisdição da 14ª Região. A busca pela uniformização dos procedimentos no primeiro grau foi um dos objetivos dos trabalhos correicionais, visando dar solução rápida e segura aos problemas enfrentados e proporcionar maior eficiência às atividades desenvolvidas pelos magistrados e servidores, com reflexos diretos sobre a qualidade dos serviços oferecidos nas unidades da Justiça do Trabalho. As atas correicionais respectivas foram autuadas, a fim de dar maior efetividade às recomendações, reivindicações e solicitações nelas contidas.

Nos trabalhos correicionais, foi constatado o ótimo trabalho desempenhado pelo primeiro grau de jurisdição, que recebeu,



no ano de 2005, 16.776 processos e solucionou 15.809 (94,23% dos processos recebidos). Em 2006, apesar do incremento de 2.983 processos, o percentual foi ainda melhor, tendo sido recebidos 19.759 processos e solucionados 18.946 (95,88% dos processos recebidos). O prazo médio encontrado, que já era bom no ano de 2005, 21 dias do ajuizamento da ação até a audiência para o rito ordinário, 15 dias para o rito sumaríssimo, 16 dias para prosseguimento de audiência no rito ordinário, 5 dias para prolação de sentença no rito ordinário e 4 dias para o rito sumaríssimo, tornou-se ainda mais célere, passando a ser no ano de 2006, respectivamente, 19 dias do ajuizamento da ação até a audiência para o rito ordinário, 13 dias para o rito sumaríssimo, 15 dias para prosseguimento de audiência no rito ordinário, 4 dias para prolação de sentença no rito ordinário e 3 dias para o rito sumaríssimo.



Correição do TST

Em dezembro de 2005, o então Corregedor-Geral do colendo Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, realizou correição neste TRT da 14ª Região. O ministro, em seu relatório conclusivo, teceu elogios aos resultados alcançados por este Regional, reconhecimento este que incentiva os que aqui laboram a se dedicarem ainda mais no aprimoramento dos serviços.

Esta realidade se revela nos dados estatísticos da prestação jurisdicional. No segundo grau, por exemplo, em comparação com o ano de 2005, constata-se que no exercício de 2006 houve um aumento de 37,06% de processos de natureza recursal, tendo sido julgados 11,11% a mais que o número de feitos recebidos. No tocante aos processos de natureza originária, o número de processos recebidos permaneceu estável em relação ao ano anterior, tendo se verificado o julgamento de 99,13% dos feitos autuados. Tais dados demonstram o excelente desempenho da atividade jurisdicional, evidenciando que este Tribunal vem atingindo a meta de proporcionar à sociedade um serviço público célere e eficaz na solução dos litígios.



PARCERIAS

Ressalta-se a importância da concretização de parcerias, como a assinada, ainda na gestão anterior, com o Banco do Brasil propiciando a construção das sedes próprias das Varas do Trabalho de Feijó e Epitaciolândia e aquisição de Vans para a Justiça Itinerante e com o Banco ABN Amro Bank/Real, para impressão da cartilha sobre Direito do Trabalho e outros suportes. Salienta-se a assinatura do termo de cooperação técnica com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT, que permitiu à Justiça do Trabalho emitir Carteiras de Trabalho, tendo os servidores da Justiça do Trabalho em Rondônia sido capacitados por técnicos da referida delegacia. A DRT/RO é mais uma importante aliada na execução da política de garantia dos direitos dos trabalhadores, especialmente nas atividades itinerantes que estão sendo realizadas em toda região. Com a mesma Delegacia, este Regional possui ainda convênio para realização de perícias médicas pelo serviço médico do TRT aos servidores da DRT.

Além dessas parcerias, destacam-se, ainda, os convênios e termos de cooperação técnica que o Tribunal mantém com os Tribunais de Justiça de Rondônia e Acre, para uso das instalações dos prédios dos Fóruns nas comarcas do interior dos Estados de Rondônia e Acre, nas quais não existam Varas do Trabalho, para a tomada de reclamações e realização de audiências da Vara Itinerante; Detrans dos dois Estados, para permissão do acesso dos juízes titulares e substitutos e servidores das Varas do Trabalho de Rondônia e Acre à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, para gravames como penhora e bloqueio de transferências; Emater/RO, para uso das salas dos seus Escritórios no interior do Estado de Rondônia onde não existam Varas do Trabalho, para tomada de reclamações e realização de audiências da Vara Itinerante; Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER/RO e Junta Comercial do Estado do Acre - JUCER/AC, para permitir consulta "on line" pelo TRT, de arquivos informatizados,



para obtenção de informações sobre o cadastro de empresas, atos constitutivos, suas alterações sociais e seus distratos; Serviço de Processamento de Dados - SERPRO, para efetivação do intercâmbio de informações "on line" de interesse recíproco, em face da adesão ao convênio firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho - TST e a Secretaria da Receita Federal - SRF, adesão ao Convênio de Cooperação Técnico-Institucional firmado entre o Banco Central do Brasil e o Tribunal Superior do Trabalho-TST, para o envio de ordens judiciais e o acesso às respostas das instituições financeiras, via internet, por meio do Sistema Bacen Jud 2.0, Procuradoria-Geral da União, para publicação de atos jurídicos e administrativos da Procuradoria-Geral da União no Diário Oficial da Justiça do Trabalho da 14ª Região; Instituto Luterano de Ensino Superior (Ulbra) e Faculdade da Amazônia Ocidental - FAAO, para disponibilização pelas unidades do TRT de atividades de prática jurídica que possibilitem aos alunos aprendizagem na prestação dos serviços institucionais.

Ressalta-se, ainda, a parceria com o Estado de Rondônia para a utilização de espaço no Shopping Cidadão, localizado na Avenida Sete de Setembro, nº 830, Centro de Porto Velho, local em que foi instalada inicialmente a 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho e o Setor Avançado de Tomadas de Reclamações. Com a adaptação do prédio sede do Fórum Trabalhista de Porto Velho, este passou a abrigar também a 6ª Vara do Trabalho, unificando a localização das unidades judiciais, e o Setor de Tomada de Reclamação foi concentrado no Shopping Cidadão. A alocação desse Setor da Justiça do Trabalho naquele espaço tem um significado muito importante, que é o de estar ainda mais próximo dos jurisdicionados, em local de grande afluxo de pessoas, já que o Shopping Cidadão cumpre sua proposta de reunir em um só local diversas instituições prestadoras de serviços públicos à disposição da população.



PROGRAMA DA QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO (PQSP)

Diante da necessidade de investir em melhoria na Gestão Pública, foi reativado o Plano de Qualidade no Serviço Público, criando-se, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, o Núcleo Gestor do Programa da Qualidade no Serviço Público – PQSP.

Desde então, várias atividades e oficinas vêm sendo desencadeadas para solidificação do Programa da Qualidade neste Tribunal, coordenado pelo servidor Dinorval Gonçalves de Oliveira, Consultor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA (novo nome do programa PQSP) levando a que, no dia 23 de setembro de 2005, o Tribunal realizasse a sua Auto-Avaliação das Práticas de Gestão com a utilização do Instrumento de 250 pontos do referido programa. Nessa tarefa, participaram os membros do Comitê-Gestor, diretores e juízes, oportunidade em que também elaboraram o Perfil Organizacional do Tribunal. As práticas alcançaram, segundo o parecer dos avaliadores internos, 176,75 pontos. Concluída a auto-avaliação, o Núcleo-Gestor encaminhou os resultados ao GESPÚBLICA, solicitando validação externa dos resultados obtidos. No dia 10.10.2005, foi efetuada a validação dos resultados por consultores externos do Programa, com a participação dos juízes, diretores e membros do Comitê-Gestor. Os representantes do GESPÚBLICA conferiram ao Tribunal o “nível 1 de Gestão”.



No período de 30.11 a 01.12.2006, foi realizada a VI Oficina de Trabalho para consolidação do Programa da Qualidade, tendo como principal foco a "Auto-avaliação da Gestão", tendo como público-alvo magistrados de 1º e 2º graus, diretores e servidores. Durante a programação, as juízas coordenadoras dos critérios de Excelência: "Pessoas" - Maria do Socorro Costa Miranda, "Cidadãos e Sociedade" - Maria Cesarineide de Souza Lima e "Processos" - Vania Maria da Rocha Abensur, fizeram apresentação aos demais Magistrados das propostas de melhorias no sistema de gestão. A auto-avaliação realizada no período acima culminou com a certificação do Tribunal Regional do Trabalho no "nível 2 de Gestão", conferida pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, em conformidade com as diretrizes do Sistema de Avaliação Continuada em Gestão Pública, com validade até março de 2008, o que revela o paulatino aperfeiçoamento das práticas de gestão, já com bons resultados decorrentes dos programas implementados e a conscientização da necessidade de aprimoramento constante, para o cumprimento da nossa missão institucional, com a visão de sermos instrumento de Justiça Social, caracterizado pela busca permanente da excelência na prestação de serviços públicos.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO

O Planejamento Estratégico Participativo tem como objetivo um novo modelo de gestão, fundamentada não somente nos princípios constitucionais da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, mas também e principalmente na eficácia, na agilidade, na inovação tecnológica, na gestão participativa, sempre baseada em processos e informações, constantemente focando a obtenção de resultados positivos voltados ao cidadão. O plano prevê um projeto de funcionamento do Tribunal para as próximas gestões, oferecendo mais transparência, economia e resultados para os serviços prestados pela Justiça do Trabalho, com a continuidade das ações administrativas e judiciais.

A prioridade é planejar e gerir os recursos financeiros, fomentar a comunicação interna, externa e a liderança, ter responsabilidade social, atingir a estabilidade orçamentária, promover parcerias institucionais, valorizar o corpo funcional, fortalecer a imagem do Regional e adequar tecnologicamente o parque de máquinas. O PEP se baseou nas diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foram recomendadas ainda pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). As primeiras reuniões para elaboração do programa começaram a ser realizadas em setembro de 2006, com a vinda a Porto Velho do coordenador da Qualidade e ouvidor do TRT da 20ª Região, Adriano Leão Venceslau.

O programa é dividido em duas etapas. Uma situacional, na qual são verificadas as necessidades – móveis, equipamentos, computadores, reformas etc – que devem ser supridas em todas as unidades do Regional, com vistas a garantir um melhor desenvolvimento dos trabalhos. A outra, mais complexa, que trata de um planejamento



participativo com o engajamento dos juízes e servidores na melhoria dos serviços prestados à sociedade. Durante as oficinas, os juízes e servidores reviram os valores institucionais, missão e conceitos, implementados em 20 anos de instalação da 14ª Região nos Estados de Rondônia e Acre, e participaram de atividades individuais e de grupo, assinalando as oportunidades e as ameaças, por meio da planilha denominada Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça – FOFA. A conclusão foi de que o comprometimento dos servidores e juízes, a interação com a sociedade e a justiça itinerante, são os pontos fortes da 14ª Região.

Após concluído, o plano foi apresentado a todos os magistrados e servidores na programação da semana que comemorou os 20 anos de instalação deste Regional e, posteriormente, ao Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecot) em reunião extraordinária realizada no dia 13.12.2006.



PROCESSOS INTERNOS

Aquisição de Mobiliário

Foram adquiridos e instalados mobiliários ergonomicamente adequados e com disposição planejada, objetivando racionalizar a utilização dos espaços disponíveis nos prédios das Varas do Trabalho e no edifício-sede do Tribunal. As seis Varas do Trabalho de Porto Velho, as quatro de Rio Branco, bem como as novas sedes das Varas, inauguradas no interior do Estado do Acre, já receberam em suas secretarias um novo mobiliário, no padrão daquele que se pretende adquirir e estender para as demais Varas do Trabalho e edifício-sede do TRT. No biênio 2005/2006, foram adquiridos: 207 estações de trabalho de diversos tamanhos, para 1, 2 e 3 servidores; 92 mesas de diversos tipos; 296 armários de diversos tamanhos; 341 gaveteiros; 5 balcões de atendimento; 319 poltronas de modelos diversos; 5 sofás e 361 longarinas. Com a instalação no novo mobiliário ergonômico, os bons resultados obtidos são verificados pelas melhores condições de trabalho propiciadas, havendo um equacionamento do espaço físico, com a disposição mais lógica e estratégica do mobiliário, possibilitando um maior intercâmbio entre os servidores e um maior e melhor acesso aos instrumentos e ferramentas de trabalho, sem quebrar a privacidade necessária a cada servidor, para o desenvolvimento de suas atribuições.



Renovação da Frota de Veículos

No biênio 2005/2006, foi possível renovar parte da frota de veículos do Tribunal, sendo adquiridos com recursos próprios três veículos Fiat Uno (para apoio dos trabalhos da Vara Itinerante), três veículos VW Gol, dois veículos Toyota Hilux e, por meio de Termo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil, foi possível adquirir dois veículos Fiat Ducato e um Peugeot/Boxer Viot (adaptados para os trabalhos da Vara Itinerante), bem como foi recebido do Banco ABN Amro Bank/Real, em razão de Termo de Cooperação Técnica celebrado, um veículo Toyota Corola para utilização em representação institucional.



Eliminação de toneladas de papéis inservíveis

O Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em janeiro de 2006, realizou a eliminação de cerca de 4,1 toneladas de papéis inservíveis, consistentes em cópias de documentos e diários oficiais duplicados.

Em fevereiro de 2006, cerca de 10 mil autos de processos (equivalente a 6,7 toneladas de papel), arquivados definitivamente entre os meses de junho de 1973 e 1985, também foram destinados à eliminação. Vários desses documentos e autos de processos estavam arquivados há mais de 20 anos e foram apreciados pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPADoc, coordenada pela Diretoria de Serviço de Documentação e Informação do TRT. O Objetivo dos avaliadores é a eliminação de 40 mil autos de processos até o ano de 2007, cumprindo assim uma das metas do Programa de Gestão Documental do TRT da 14ª Região.

Os autos de processos e documentos foram triturados por uma empresa especializada e vendidos ao preço de R\$0,05 (cinco centavos) o quilograma a uma indústria de reciclagem de papel. O valor arrecadado foi repassado à Casa Família Rosetta, em Porto Velho, entidade filantrópica que atende crianças vítimas de paralisia cerebral.

Essa medida implicou em liberação de espaço para novos arquivos, proteção do meio ambiente em razão do aproveitamento do papel e a inclusão social de pessoas carentes, que receberam o benefício financeiro resultante da venda do produto final.



Comissão Permanente de Avaliação de Bens

Com o objetivo de regulamentar a alienação de bens no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, foi criada a Comissão Permanente de Avaliação, Destinação e Desfazimento de Bens. A equipe fica responsável pela avaliação dos bens. Serão doados, de acordo com a Comissão, os bens considerados de valor ínfimo, ficando a comissão responsável em cadastrar as entidades beneficentes interessadas em receber os bens. Em todos os casos, serão seguidas todas as normas legais, com a publicação no Diário Oficial da Justiça do Trabalho. A Diretoria de Serviço de Material e Patrimônio (SMP), órgão que funcionará como suporte operacional, enviará trimestralmente à Comissão a relação de materiais considerados próprios para desfazimento.

Alterações Regimentais

Destacam-se as alterações implementadas no Regimento Interno do Tribunal no sentido de prever que os mandatos dos dirigentes, a partir de agora, coincidirão com o ano fiscal e a nova direção entra em exercício no dia 1º de janeiro. A medida visa facilitar a prestação de contas dos gestores, atendendo aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foram redimensionadas as atribuições da Presidência e da Vice-Presidência, de forma a garantir maior disponibilidade de tempo ao ocupante do cargo de Presidente para o exercício da precípua função de administrar. Houve, ainda, a divisão do Tribunal em duas Turmas de três membros, com o intuito de agilizar o julgamento dos processos.

Estudos Implementados

Verificando que o crescente número de atos publicados tem dificultado a atuação dos diversos setores, no que se refere à localização e aplicação de alguns, muitas vezes pela desatualização da norma vigente, outras pela existência de mais de um instrumento normativo acerca da mesma matéria, mas editados sob denominações diversas, foi elaborada a minuta da Consolidação das Normas Administrativas em vigor, com o objetivo de sistematizar em um único regulamento todas as normas internas que balizam os procedimentos administrativos, tanto os que dizem respeito à área de recursos humanos, quanto aos alusivos a atividades administrativas em sentido amplo. A minuta do projeto foi disponibilizada aos juízes de segundo grau para análise, manifestação e posterior inclusão em pauta, para apreciação.

Diante da necessidade de aprimoramento de alguns aspectos da estrutura organizacional atual do Regional, foi elaborada a proposta de reestruturação das unidades, a qual aguarda inclusão em pauta para deliberação. Dentre as propostas, destaca-se a criação de uma assessoria de planejamento e gestão, estímulo às atividades de comunicação social, cerimonial e imprensa, organização dos setores do Tribunal, com a distribuição do número real de cargos efetivos, dos cargos em comissão e das funções comissionadas, reestruturação da Secretaria do Tribunal Pleno, em virtude da criação das turmas de julgamento, elevação da gratificação devida aos servidores que exercem atividades no setor de tomada de reclamações, padronização da quantidade de cargos/funções das Varas com movimento processual similar, entre outras.

COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

Este Tribunal adotou como estratégia o desenvolvimento de projetos e uma política de apoio à divulgação das ações institucionais perante o público interno e externo da Justiça do Trabalho da 14ª Região, buscando divulgar informações necessárias à melhoria dos padrões de cidadania e de democracia nos Estados de Rondônia e Acre, fortalecendo assim o cunho de responsabilidade social e a preservação da boa imagem do Regional junto à opinião pública.

Canais de Comunicação com a sociedade:

PÁGINA NA INTERNET (www.trt14.gov.br). A divulgação sistemática pelo sítio na internet, de atos e fatos de interesse geral realizados pelo TRT da 14ª Região, que já vinha sendo realizada, foi acentuada como forma de marcar a presença da instituição junto ao público interno e externo.

PÁGINA 14: O informativo bimensal voltou a ser editado, com distribuição dirigida e ênfase à divulgação de assuntos que priorizam a interação entre servidores, magistrados e sociedade, ampliando os níveis de divulgação das ações de cidadania.



CLIPPING ELETRÔNICO:

Aprimoramento e otimização do formato em HTML do CLIPPING, implantado em 2005, com o objetivo de democratizar a informação, eliminar gastos com fotocópias e abranger o maior número possível de usuários na divulgação de notícias de interesse do Poder Judiciário. O CLIPPING é disponibilizado diariamente, via e-mail, aos endereços do "mailling" dos usuários cadastrados e por meio da "home page" do TRT.

PROGRAMA JUSTIÇA & CIDADANIA: O programa de televisão foi aprimorado com reportagens circunstanciadas e informativas, promovendo debates sobre temas polêmicos, entrevistas, enquetes e cobertura jornalística das ações administrativa e judicial em toda jurisdição do Tribunal.



CALENDÁRIO 2006/2007: O Calendário Oficial de 2006 foi confeccionado com as fotografias de autoria dos servidores que se classificaram no I Concurso de Fotografias realizado pelo Tribunal, com a coordenação da ASCOM. O de 2007 homenageia os 20 anos de história da 14ª Região, com retrospectiva

BOLETIM 14: Objetiva a divulgação de fatos extraordinários de interesse do público interno. O novo produto é afixado em todos os murais do edifício-sede, enviado às Varas do Trabalho dos municípios do interior do Acre e Rondônia, fazendo com que servidores, juízes, advogados e partes processuais tenham acesso às notícias da Justiça do Trabalho.



fotográfica dos fatos marcantes de todas as gestões. Foram confeccionados e impressos com “design” moderno e funcional, com indicação do cronograma para efetivação de pedidos de materiais pelas unidades da Justiça do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre.

REDE INTERNA DE TV – RIT: Com o objetivo de democratizar as informações de interesse dos setores estratégicos do Regional, foi implantado o Sistema de Televisão por assinatura, inicialmente em 25 (vinte e cinco) pontos das unidades de Porto Velho. Com isso, os gabinetes e setores do Tribunal passaram a acessar a TV Justiça, TV Câmara, TV Senado, TV Cultura e outros canais, com o conseqüente aumento dos níveis de apreensão das informações.



PARTICIPAÇÃO NA RÁDIO E TV JUSTIÇA: Por meio de flash de notícias e audio-tapes, produzidos com a participação da equipe da Assessoria de Comunicação do TRT da 14ª Região, foram realizadas várias inserções durante o ano de 2006, inclusive na Voz do Brasil, com informações à população sobre decisões administrativas e judiciais do Tribunal.

**Canal aberto com a sociedade -
Ouvidoria-Geral e Dia do Cidadão**

O TRT da 14ª Região, ciente de que a transparência na gestão pública é um fator que contribui para o bem-administrar, implementou mecanismos para possibilitar ao cidadão avaliar o desempenho do órgão. A Ouvidoria-Geral do TRT da 14ª Região teve alterada sua estrutura, passando a ser exercida por magistrado nomeado para a função de Ouvidor-Geral. Inicialmente esteve à frente da missão o juiz Edson Carvalho Barros Júnior e, posteriormente, a juíza Maria do Socorro Costa Miranda. Foi instituído o “Dia do Cidadão”, que ocorre na última sexta-feira de cada mês, ocasião em que a presidência do Tribunal recebe pessoalmente os cidadãos agendados, sob coordenação da ouvidoria, com o objetivo de criar um canal permanente de comunicação que permita à sociedade reclamar, denunciar, elogiar e sugerir medidas de aprimoramento dos serviços jurisdicionais.



GESTÃO DE PESSOAS

Capacitação Profissional - Eventos, Cursos e Palestras

No campo da gestão de pessoal, o Tribunal Regional da 14ª Região, por meio da Administração, da Escola Judicial, da Secretaria de Recursos Humanos - Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, do Núcleo Gestor do GESPÚBLICA, não subtraiu esforços para capacitar, motivar e integrar seus juízes e servidores, promovendo encontros, cursos e palestras.

Com a publicação da Emenda Constitucional nº 45/2004 de 8 de dezembro de 2004, que ampliou a competência desta Justiça Especializada, houve a necessidade de aprofundamento de estudos a respeito de diversas matérias antes afetas à Justiça Comum. Conscientes da responsabilidade sobre o aprimoramento, 22 magistrados participaram do I Seminário Nacional sobre a Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em São Paulo, no período de 16 a 18 de março de 2005, com o apoio da Administração, que propiciou a liberação e os custos de sete participantes. Mais de 1.000 juízes do trabalho de todo o país buscaram examinar e entender as discussões sobre o acréscimo de competências e o significado dessa ampliação para a sociedade brasileira e para a Justiça do Trabalho.

Foi realizado curso de linguagem jurídica, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ministrado pelo professor Hildebrando Campestri, da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso do Sul e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do mesmo Estado. Participaram 80 servidores, sendo 40 de cada tribunal. O objetivo foi capacitar o maior número possível de servidores que atuam na área jurídica, em ambos os tribunais, para aperfeiçoamento na elaboração de ementas.



Em junho de 2005, os servidores do setor de informática do Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em parceria, participam de treinamentos, em Porto Velho, com instrutores da Oracle University, Lucila Maria Otsuka e Jutay Medeiros, que vieram de São Paulo. Foram ministrados os cursos de “program with PL-SQL”, “Workshop Administration I”, “Forms Developer - Build Internet Application”, “Workshop Administration II e Reportes Developer - Build Reports”.

Com o intuito de incentivar os servidores do quadro deste Regional a aprimorarem os seus conhecimentos, foi realizado o Curso de Direito do Trabalho. O curso foi ministrado pelo juiz André Sousa Pereira, titular da 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes. No primeiro módulo, realizado no período de 19 de setembro a 18 de novembro de 2005, foram debatidos os seguintes temas: Introdução ao Direito do Trabalho, Direito Internacional do Trabalho, Contrato de Trabalho, Normas Gerais no Trabalho, Formas de Extinção do Contrato de Trabalho, Aviso Prévio, Estabilidade, FGTS e Seguro Desemprego, Prescrição, Renúncia e Transação, Nulidades Trabalhistas, além de questões atuais como Terceirização, Flexibilização, Princípios da Boa-Fé Objetiva, Responsabilidade Civil na Relação de Emprego, Direito à Privacidade e o Correio Eletrônico. O segundo módulo foi realizado nos meses de novembro e dezembro de 2006 e foi encerrado com a apresentação de um “workshop”. A turma com 33 alunos foi dividida em cinco grupos que apresentaram os temas: direito bancário, trabalhador doméstico, greve, trabalho infantil e trabalhador rural.

Nos dias 03 e 04 de novembro de 2005, foi realizado o II Encontro de Magistrados do TRT da 14ª Região, evento que teve por objetivo o conagração entre os magistrados deste Regional, que reunidos buscam alcançar o aperfeiçoamento



profissional. A programação incluiu palestras, debates, oficinas e demais atividades visando soluções para a melhoria dos serviços prestados à sociedade. Em 2006, no período de 15 a 19 de maio, foi realizado o III Encontro, tendo como tema: "Gestão de Processos e Liderança enquanto fatores críticos de sucesso das organizações", sob a coordenação da Escola Judicial e do Núcleo da Qualidade. O encontro teve como objetivo desenvolver percepções sobre as diferenças entre poder hierárquico e poder pessoal, de forma a possibilitar a condução de liderados através de estilos de liderança apropriados, na busca de objetivos comuns, com comprometimento e qualidade de vida.

No período de 18 a 20 de setembro de 2006, o TRT promoveu, no Centro de Treinamento do Tribunal de Justiça de Rondônia, em Porto Velho, o II Encontro de Diretores, com o objetivo de desenvolver reflexões e atividades para consolidar a qualidade do serviço, com a ampliação da competência administrativa e interpessoal dos participantes na área de liderança, relação interpessoal, comunicação e negociação, para melhoria dos resultados. O evento contou com palestras, oficinas, jantar dançante com show de talentos, e serviu também para fortalecer a integração entre as unidades, estimulando a troca de experiência e a prática de ações voltadas para a satisfação do cidadão.

Ainda em setembro de 2006, vinte servidores das unidades da Justiça do Trabalho participaram de mais três cursos de capacitação, no período de 11 a 15, nas especialidades 5S, "Organização, Guarda e Eliminação de Documentos Judiciais e Administrativos" e "Português". Os cursos foram ministrados, respectivamente, pelo coordenador do Núcleo da Qualidade, Dinorval Oliveira, pela diretora de Serviço de Documentação e Informação, Liduína Landin, e pelo professor Ironi Andrade.



XIII e XIV Concursos Públicos de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto

O último biênio também ficou marcado pela realização de dois Concursos Públicos de Provas e Títulos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto, coordenados pela Comissão de Concurso composta pelos juízes Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria, Mário Sérgio Lapunka, Shikou Sadahiro e pelo representante da OAB – Presidente da Seccional de Rondônia, Orestes Muniz Filho, para preenchimento das vagas que restaram dos concursos realizados na gestão anterior.

Assim como nos três últimos concursos realizados na gestão anterior, este Regional contou com a preciosa colaboração de juristas de escol atuando nas bancas examinadoras nas diversas fases dos certames: ministro Gelson de Azevedo, do colendo Tribunal Superior do Trabalho, juízes Mário Macedo Fernandes Caron, Grijalbo Fernandes Coutinho, Antonio Umberto de Souza Júnior, Francisco Luciano de Azevedo Frota, Noêmia Aparecida Garcia Porto e Alexandre de Azevedo Silva, todos do TRT-10ª Região, juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho do TRT-6ª Região, juiz Jorge Luiz Souto Maior do TRT-15ª, juízes Paulo Roberto Ramos Barrionuevo e Angelo Henrique Peres Cestari do TRT-23ª Região, juízes Vulmar de Araújo Coêlho Junior e Carlos Augusto Gomes Lôbo deste Tribunal, e os advogados Elton Sadi Fülber, Maria Rejane Sampaio dos Santos, Romilton Marinho Vieira, José Alves Pereira Filho e Luiz Zildemar Soares.

Nos dois concursos, foram aprovados catorze juízes, sendo uma no XIII Concurso e treze no XIV. Os juízes aprovados no XIV Concurso tomaram posse no dia 29.09.2006 e participaram, em seguida, do Curso Inaugural de Formação Inicial para Juízes do Trabalho, promovido em Brasília pela



Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT e, em seguida, do II Curso de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos da Escola Judicial da 14ª Região. Iniciado o estágio probatório, os juízes são acompanhados pela Comissão de Vitaliciamento, composta pelos juízes Vulmar de Araújo Coêlho Junior, Maria Cesarineide de Souza Lima e Ricardo Turesso. Com o ingresso desses novos magistrados, este Tribunal passou a contar com 52 juízes de primeiro grau, sendo 30 titulares e 22 substitutos, levando a uma prestação de serviço ainda mais rápida e eficaz.

Novos Servidores

A partir do primeiro semestre de 2005, iniciaram-se as nomeações dos servidores aprovados no concurso iniciado em 2004 e concluído em 2005, sendo possível o preenchimento de 128 cargos, sendo 63 analistas judiciários e 65 técnicos judiciários. Com o objetivo de proporcionar bom acolhimento a esses novos servidores e inseri-los na cultura organizacional, foi implantado o projeto de recepção e ambientação dos servidores, cujas atividades são coordenadas pelo Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Recursos Humanos, promovendo palestras sobre Estrutura Organizacional e Funcional, Ações Judiciais e Varas Itinerantes, além de Direitos e Vantagens da Lei 8.112/90 e normas sobre férias, frequência e traje de trabalho, entre outros temas. Com os novos colaboradores, foi possível a readequação de lotação das unidades, com observação de padronização da quantidade de cargos por Vara de acordo com o movimento processual e conseqüente concessão de remoções para os servidores interessados, obedecendo-se aos critérios de antigüidade do solicitante na carreira e oportunidade e conveniência da Administração. Hoje, o Tribunal conta com 762 servidores desempenhando suas atividades.



Dia do Servidor

Objetivando a criação de um canal de comunicação entre a Administração e seus servidores, foi instituído no âmbito deste Tribunal o Dia do Servidor, oportunidade em que a Presidência do Tribunal recebe em audiência os servidores interessados em apresentar reclamações, denúncias, elogios e sugestões para o aprimoramento dos serviços. As audiências acontecem às sextas-feiras, exceto a última do mês, em razão do Dia do Cidadão, a partir das 16 horas, no Gabinete da Presidência, com a coordenação da Ouvidoria-Geral.

Estagiários

Foram contratados, por intermédio de concurso público, 23 (vinte e três) estagiários, sendo 11 do curso de direito, distribuídos entre as Varas do Trabalho de Porto Velho, Rio Branco, Ji-Paraná, Ariquemes e Cacoal; 10 do curso de informática e 2 do curso de jornalismo.



Estruturação da Escola Judicial

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região foi estruturada e efetivamente implantada em maio de 2005. No mês de junho do mesmo ano, a Escola Judicial foi dotada de espaço físico próprio, equipamentos e servidores destinados ao seu funcionamento, encontrando-se instalada no 4º andar do edifício-sede deste Tribunal Regional do Trabalho. Foi designado Diretor da Escola Judicial, o juiz Shikou Sadahiro, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO) e convocado para o Tribunal. A Escola desenvolveu ações voltadas para a realização do I e II Cursos de Formação Inicial de Juízes do Trabalho Substitutos, bem como para o estudo de projetos a possibilitar o aprimoramento dos magistrados.

Em parceria com o Núcleo da Qualidade, promoveu em maio de 2006 o III Encontro de Juízes do TRT da 14ª Região. Realizou, ainda, em junho de 2006, o curso sobre “indenização por danos morais e materiais decorrente de acidente de trabalho” e sobre “saúde e segurança do trabalho”, tendo como público os juízes e assessores da Justiça do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre. O primeiro evento foi ministrado pelo juiz Sebastião Geraldo de Oliveira, do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, e o segundo por profissionais do SESI. Coordenou o Seminário Jurídico em comemoração ao aniversário de 20 anos do TRT, com palestras de juristas de renome nacional: juízes Luciano Athayde Chaves, do TRT da 21ª Região; Rodolfo Pamplona Filho, do TRT da 5ª Região; Aldemiro Rezende Dantas Júnior, do TRT da 11ª Região; Antonio Umberto de Souza Junior, do TRT da 10ª Região; Vulmar de Araújo Coêlho Junior e André Souza Pereira, ambos deste Tribunal.

Os juízes do Tribunal Vulmar de Araújo Coêlho Junior e Maria Cesarineide de Souza Lima, participaram, em Brasília, no período de 6 a 10 de fevereiro de 2006, juntamente com representantes das Escolas de Magistratura do Trabalho de todo o País do curso de



“Formação de Formadores de Escolas de Magistratura do Trabalho”, ministrado por dois representantes da Escola Nacional de Magistratura da França (ENM), no TRT da 10ª Região. A pedagoga Véronique Duveau-Patureau e o magistrado e professor Philippe Darrieux, falaram sobre os diversos aspectos organizacionais e pedagógicos de uma instituição de formação judicial e as ferramentas pedagógicas necessárias ao aprimoramento das escolas de magistratura. O evento foi realizado pelo Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra), Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e Escola Nacional de Magistratura da França e TST, com o apoio do TRT da 10ª Região, com duração de 35 horas/aula e contou com a participação de 30 magistrados brasileiros, dentre os quais os mencionados magistrados desta Corte.

TECNOLOGIA E JUSTIÇA

A demanda por serviços automatizados sempre é crescente, exigindo que a área de informática se mantenha na vanguarda tecnológica. Para um adequado funcionamento da área de tecnologia da informação é imprescindível um eficiente suporte que garanta a manutenção dos serviços e o desenvolvimento de novas soluções. Para isso, o TRT da 14ª Região adquiriu 127 novos e modernos computadores e 114 impressoras, 32 notebooks, leitor óptico, Switch, scanner HP, webcam com infravermelho, no-break, transceiver e access point. O apoio do TST e a parceria com o Banco do Brasil, para a cessão em comodato de microcomputadores e impressoras, foram ferramentas importantes para auxiliar na substituição das máquinas antigas. O TST cedeu 214 microcomputadores e 143 impressoras e, pelo acordo de comodato com o Banco do Brasil, 27 microcomputadores e 27 impressoras foram entregues ao Tribunal. A aquisição e distribuição de microcomputadores e impressoras resultam de uma estratégia que visa à modernização do parque de informática, com prioridade para a 1ª instância, na qual o cidadão recebe os primeiros atendimentos ao registrar sua reclamação trabalhista.

O ano de 2006 marcou a consolidação da tecnologia da informação como ferramenta capaz de contribuir para o fim dos “gargalos” que atrasam a celeridade na prestação jurisdicional. Lembrando que este Regional já se prepara para a revolução que se aproxima nessa área, com a implantação do Sistema Único de Acompanhamento Processual – SUAP, mais importante e inovadora ferramenta na modernização da Justiça do Trabalho, integrando de forma padronizada todo o controle de tramitação processual, desde as Varas do Trabalho até o TST, última instância julgadora.

Em sintonia com as metas preconizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a Justiça do Trabalho da 14ª Região, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), participou de forma integral das ações desenvolvidas

nacionalmente através da composição nos grupos de trabalho e na implantação dos sistemas nacionais que representam as melhores práticas colhidas perante os 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Dentre os projetos nacionais implantados em 2006, podemos citar:

Implantação do Sistema AUD

O Sistema de Automação de Audiência (AUD), desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, foi adotado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e disponibilizado aos demais TRTs. Aperfeiçoado e implantado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), trouxe mais eficiência nos trabalhos desenvolvidos nas audiências.



O novo sistema agiliza a elaboração de atas de audiência nas Varas do Trabalho, por meio da utilização inteligente de textos. Com o programa, o secretário de audiência não tem necessidade de digitar novamente todos os dados do processo, só os altera/complementa. O ajuste feito pelo TRT da 14ª Região possibilitou maior agilidade com a fusão do Sistema de Acompanhamento de Processo, o que facilitou a verificação de dados já cadastrados com a utilização do AUD. O sucesso do projeto piloto implantado em maio de 2006 na 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, sob coordenação do Juiz Afrânio Viana Gonçalves, designado multiplicador e representante da 14ª Região nos treinamentos realizados em Brasília pela coordenadoria de informática do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, possibilitou a difusão do AUD para as demais Varas do Trabalho de Rondônia e do Acre, nas quais o sistema foi implementado individualmente, com o necessário treinamento dos servidores usuários. Na implantação do sistema, este Regional foi o pioneiro na integração ao Sistema de Acompanhamento Processual SAP1, permitindo a geração automática da pauta de julgamento.



Cálculo Trabalhista Rápido

O sistema permite ao juiz, em audiência, calcular de imediato o valor aproximado da causa, tendo por base as informações fornecidas pelas partes.

O juiz Lafite Mariano, titular da 1ª VT de Porto Velho, foi indicado como consultor do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho - Cálculo Trabalhista Rápido - CTR, projeto que tem entre seus objetivos disponibilizar aos magistrados instrumentos para facilitar a conciliação. Para a utilização do programa, o TRT, por meio da Escola Judicial, promoveu curso ministrado pelo diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal, Mateus Damasceno Correa. Nas três etapas do curso, participaram os juízes das Varas do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre.

Implantação da Carta Precatória Eletrônica

A Carta Precatória Eletrônica - CPE permite ao magistrado comunicar-se com outro juiz entre as cidades e/ou Estados, para requerer a citação de alguém, tomada de depoimentos de testemunhas ou até mesmo a execução de bens, e efetivar suas decisões no menor prazo possível. Assim, o objetivo é dar maior rapidez à tramitação dos processos trabalhistas.

O projeto é gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), tendo sido desenvolvido e implantado inicialmente pelo TRT de Goiás. Após, foi a vez do TRT da 14ª Região, sendo, portanto, um dos primeiros a aderir ao sistema. A CPE foi iniciada neste Regional com o credenciamento do administrador regional do sistema, que é o responsável pela criação, administração do ambiente, acesso dos usuários, bem como o treinamento de servidores das Varas do Trabalho. A meta do CSJT é uniformizar os procedimentos em todos os TRTs.

No dia 14 de setembro de 2006, o Tribunal recebeu a primeira Carta Precatória Eletrônica entre

TRTs, já utilizando o sistema informatizado. A CPE foi sorteada entre as Varas do Trabalho da capital rondoniense, sendo distribuída para a 6ª Vara do Trabalho. A Justiça do Trabalho brasileira entra em uma nova era na busca da celeridade, economicidade nos atos processuais e distribuição de justiça.

Implantação do e-Recursos

O novo sistema lançado e desenvolvido pelo TRT do Paraná proporciona maior facilidade na análise, redação, assinatura digital e envio eletrônico dos recursos de revista e agravos de instrumento dos Tribunais Regionais para o Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As vantagens do sistema são a uniformização dos despachos mediante uso de texto padrão, a integração com os sistemas de acompanhamento de processos com aproveitamento dos dados cadastrais, advogados e andamentos processuais, além da possibilidade de triagem eletrônica e do julgamento virtual dos recursos no TST, a partir dos dados já cadastrados nos Tribunais Regionais do Trabalho.

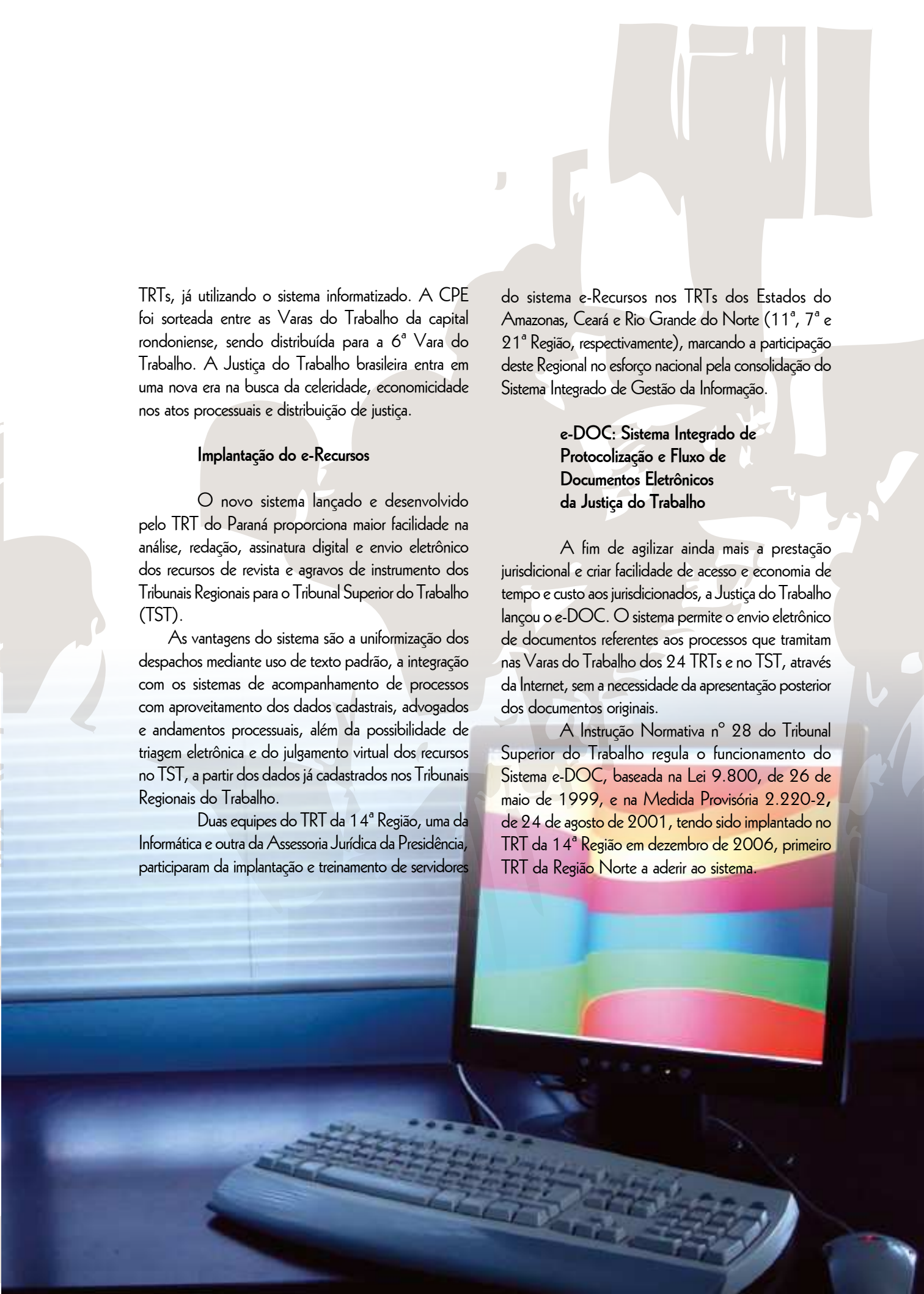
Duas equipes do TRT da 14ª Região, uma da Informática e outra da Assessoria Jurídica da Presidência, participaram da implantação e treinamento de servidores

do sistema e-Recursos nos TRTs dos Estados do Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte (11ª, 7ª e 21ª Região, respectivamente), marcando a participação deste Regional no esforço nacional pela consolidação do Sistema Integrado de Gestão da Informação.

e-DOC: Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho

A fim de agilizar ainda mais a prestação jurisdicional e criar facilidade de acesso e economia de tempo e custo aos jurisdicionados, a Justiça do Trabalho lançou o e-DOC. O sistema permite o envio eletrônico de documentos referentes aos processos que tramitam nas Varas do Trabalho dos 24 TRTs e no TST, através da Internet, sem a necessidade da apresentação posterior dos documentos originais.

A Instrução Normativa nº 28 do Tribunal Superior do Trabalho regula o funcionamento do Sistema e-DOC, baseada na Lei 9.800, de 26 de maio de 1999, e na Medida Provisória 2.220-2, de 24 de agosto de 2001, tendo sido implantado no TRT da 14ª Região em dezembro de 2006, primeiro TRT da Região Norte a aderir ao sistema.



ATUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Lançamento da Cartilha “Por Dentro da Justiça do Trabalho e dos Direitos do Empregado”

O TRT da 14ª Região lançou a cartilha “Por Dentro da Justiça do Trabalho e dos Direitos do Empregado”. O projeto tem previsão de tiragem de 38.900 cartilhas, editadas em linguagem simples e em formato de gibi, trazendo orientações e pesquisa para melhor conhecimento sobre a Justiça do Trabalho, além de constar os endereços de todas as Varas do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre. As primeiras unidades começaram a ser distribuídas durante a realização das atividades do calendário permanente das Varas Itinerantes e do projeto “Justiça do Trabalho Vai à Escola” nos bairros de Porto Velho e Rio Branco e nas localidades de difícil acesso do interior de Rondônia e Acre. O objetivo do projeto é esclarecer a população a respeito dos seus direitos trabalhistas, aproximar a justiça do jovem na iminência de entrar no mercado de trabalho, faixa etária com grande potencial na formação de opinião, bem como possibilitar o exercício pleno da cidadania.

Semana Nacional do Livro e da Biblioteca

Durante o período de 24 a 29 de outubro de 2005, foram realizadas ações alusivas à comemoração da Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, trazendo ao evento: exposição de poesias; exposição de servidores-leitores, com os respectivos livros indicados; exposição das revistas e periódicos que publicam a produção jurisprudencial deste Regional; lançamento da Campanha de Doação de Livros para a Associação Casa Família Rosetta e exposição de livreria jurídica. Em 2006, a semana foi comemorada no período de 23 a 27 de outubro, tendo a Biblioteca Valentin Carrion promovido a semana da leitura, com o tema “Memória em verso e prosa”. No período ocorreram apresentações musicais, sorteios de brindes, recital de poesias feitas por juízes e servidores, além da campanha de doação de livros e DVDs jurídicos, destinados ao acervo bibliográfico próprio do tribunal. A semana foi encerrada com apresentação de dança oriental (Academia Arte Sagrada) e do CD “um pouco de nós”, que mostrou parte da trajetória do TRT por meio de fotos de juízes e servidores.



Logomarca oficial

Foi lançado concurso nacional para escolha da logomarca oficial do TRT da 14ª Região, que teve como vencedora a publicitária Josiane Maciel de Souza, de Barra Mansa/RJ, concorrendo com 81 (oitenta e um) outros trabalhos inscritos de todo o Brasil. A logomarca escolhida foi apresentada na abertura da semana comemorativa dos 20 anos de instalação deste Tribunal, na sede em Porto Velho. Segundo Josiane, a logomarca foi criada em resultado da estilização de um dos símbolos da justiça, a balança; bem como da utilização das cores dos dois estados sob jurisdição do TRT da 14ª Região, Acre e Rondônia. A balança representa a igualdade no sentido da justiça, direitos e deveres na dose certa. As bandejas da balança nas cores vermelho e amarelo simbolizam os dois pólos: empregador e empregado. Ao centro está o sustentáculo da balança nas cores verde e azul, formando um “T” na composição TRT14, esses dois elementos vêm representar a Justiça do Trabalho. As cores e sua significação nesta logomarca: Amarelo: fé e constância; Vermelho: coragem e valor; Verde: equilíbrio; Azul: saber e lealdade.

A quantidade de inscrições vindas de todo o país para participar do concurso revelou que a interação com a sociedade é uma marca do Regional. Ao comemorar 20 anos de instalação, o TRT da 14ª Região consolida medidas para aprimoramento dos mecanismos de aproximação com o cidadão e agora com uma nova identidade visual, escolhida de forma democrática.



Cuidando da Memória e da Cultura - Inauguração do Centro de Memória do TRT da 14ª Região

O TRT da 14ª Região está comprometido com o fortalecimento e a divulgação da memória e da cultura no âmbito da sua jurisdição. Neste sentido, com o intuito de preservar a memória da Justiça do Trabalho e contribuir para a conservação do patrimônio cultural dos Estados de Rondônia e Acre, foi criado o Memorial do TRT da 14ª Região.

O acervo do Memorial é composto por documentos, fotografias, processos, painéis informativos, publicações e objetos, organizados em um ambiente baseado numa concepção moderna, para fomentar a pesquisa, a divulgação, a restauração e a conservação de bens culturais referentes à Justiça do Trabalho, permitindo, assim, a integração com o público e o fácil entendimento dos conteúdos. Aberto à visitação pública, o Memorial serve de fonte de consulta a pessoas interessadas em fazer pesquisas, além de representar uma homenagem a todos aqueles que vêm construindo a história do direito trabalhista nos Estados de Rondônia e Acre. A inauguração do Memorial ocorreu no dia 28.11.2006, em comemoração ao aniversário de 20 anos do Tribunal.



Projetos institucionais

A Justiça do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre atuou firmemente na esfera da ação social, criando projetos relativos ao critério excelência – cidadãos e sociedade – do Programa da Qualidade no Serviço Público - GESPÚBLICA, como o “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, “Justiça do Trabalho Vai à Empresa”, “Justiça do Trabalho de Portas Abertas” e “TRT Solidário”.

Destaca-se o projeto “Justiça do Trabalho Vai à Escola”, coordenado pela juíza Maria Cesarineide de Souza Lima e desenvolvido em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 14ª Região (AMATRA XIV) e o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre (Sinsjustra). Lançado no dia 4 de maio de 2006, em Porto Velho, com o slogan “Educação para as Relações do Trabalho”, possui como objetivo aproximar a Justiça do Trabalho dos cidadãos, iniciando o trabalho de educação dos jovens e adultos, orientando-os e preparando-os para ingressar no mercado de trabalho mais conscientes de seus direitos e deveres. Durante as visitas às escolas, os trabalhos são desenvolvidos por meio de bate-papos, distribuição da cartilha “Por dentro da Justiça do Trabalho e dos direitos do empregado” e apresentação de peças de teatro encenadas pelos servidores do TRT da 14ª Região. No ano de 2006, foram atendidas pelo projeto as cidades de Porto Velho, Ariquemes, Colorado D’Oeste, Guajará-Mirim, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e Theobroma, no Estado de Rondônia, e as cidades de Rio Branco, Plácido de Castro e Xapuri, no Estado do Acre.

A iniciativa já alcançou reconhecimento nacional, tendo o projeto ganhado o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria de projeto institucional, por ocasião do II Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação e Justiça (Conbrascom), promovido pelo Fórum

Nacional dos Assessores de Comunicação e Justiça em Porto Alegre, nos dias 15 a 17 de novembro de 2006. O projeto concorreu com outros finalistas inscritos, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o projeto “Vota Brasil 2006”, e o TRT da Paraíba, com o projeto “Arrematar”.

Merece destaque a edição histórica do projeto realizada em dezembro de 2006 no colégio Esperança do Povo, no Centro dos Trabalhadores da Amazônia, em funcionamento na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Estado do Acre, unindo juízes e parentes de ex-seringueiros. Os atendimentos foram realizados no antigo seringal Cachoeira, divisa dos municípios de Xapuri e Epitaciolândia (AC).

Os alunos conversaram com os juízes e participaram de leitura da cartilha sobre direitos dos patrões e empregados. Depois de tirarem as dúvidas sobre seus direitos, adultos, jovens e crianças participaram de danças e brincadeiras sócio-educativas, recitais de poesias e aplaudiram as peças teatrais encenadas pelas servidoras do Fórum de Rio Branco, Luzia Lima de Souza Costa e Maria de Nazaré Almeida Pena.





Destaca-se, também, o programa “Justiça do Trabalho Solidária”, que é um projeto de interação com a sociedade, que a Justiça do Trabalho de Rondônia e Acre desenvolve dentro do programa da qualidade no serviço público, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio de ações solidárias e humanitárias. Em dezembro de 2006, o programa realizou por meio dos juízes e servidores do TRT de Rondônia e Acre, junto com seus familiares e entidades parceiras, a entrega de mais de 6 toneladas de roupas, alimentos não-perecíveis e brinquedos a mais de 120 famílias das comunidades da Estrada do Belmont e Amparo, além de ter prestado atendimento médico e odontológico, emitido carteira de trabalho e orientações sobre previdência social. A campanha marcou a adesão oficial do TRT de Rondônia e Acre ao Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP).







GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Evolução Orçamentária

O trabalho das equipes técnicas, coordenado pelo ordenador de despesas e Diretor-Geral do Tribunal, servidor de carreira Lélío Lopes Ferreira Júnior, permitiu a captação de recursos por meio de parcerias e reforço ao orçamento inicialmente previsto. Mediante circunstanciado relatório das condições de trabalho, obteve-se do colendo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho o envio de recursos relativos ao “Projeto de Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho”, que foram utilizados para a concretização do projeto de uniformização e padronização do ambiente de trabalho, com a instalação de móveis e estações de trabalho projetados em atenção às normas de ergonomia e de Medicina do Trabalho.

A gestão orçamentária apresentada ao longo do biênio, entre outras ações, permitiu a instalação das três novas varas criadas pela Lei 10.770/2003, construção

da sede própria da Vara do Trabalho de Cruzeiro do Sul, ampliação do projeto da Justiça Itinerante e do programa de capacitação dos servidores, modernização das Varas do Trabalho, incluindo reformas das instalações e reaparelhamento, aquisição de equipamentos de informática mais modernos, renovação de parte da frota de veículos e aumento do quadro funcional, com a nomeação de magistrados e servidores.

Foram executados em 2005 e 2006, respectivamente, 99,94% e 99,97% do orçamento autorizado, o que demonstra eficiência no planejamento e na execução orçamentária.

O conjunto de ações desenvolvidas pela Diretoria Geral e pela Diretoria de Serviço de Orçamento e Finanças, assim como os benefícios delas oriundos, atestam os esforços da Administração rumo ao permanente aprimoramento das condições de trabalho e ao oferecimento de, cada vez mais, um serviço de qualidade aos jurisdicionados.

DESTAQUES

Solenidade de Abertura do Ano Judiciário de 2006 no Supremo Tribunal Federal

No dia 01.02.2006, no Plenário do Supremo Tribunal Federal, ocorreu a sessão especial de abertura do Ano Judiciário de 2006. A Mesa de Honra da cerimônia foi composta pelas seguintes autoridades: Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado, Procurador-Geral da República e Presidente do Supremo. Participaram da solenidade mais de 500 convidados. O TRT da 14ª Região esteve representado por sua Presidente, Juíza Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria.



Visita da Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF

No dia 06.06.2006, a ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visitou a sede do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e o Fórum Trabalhista em Porto Velho, encerrando sua agenda de trabalho na região Norte. Na ocasião, a ministra destacou a importância dos projetos inovadores que levam a Justiça do Trabalho aos lugares mais distantes: "São iniciativas que podem servir de exemplo a outros Tribunais do Trabalho e de Justiça".



RELATÓRIO DE GESTÃO 2005 2006

Recebimento da comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

Há 36 anos, o TST realiza a cerimônia da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, na qual são agraciadas personalidades civis, militares, nacionais ou estrangeiras, que tenham se distinguido no exercício de suas profissões e se constituído em exemplo para a coletividade, bem como as pessoas que, de qualquer modo, hajam contribuído para o engrandecimento do País, internamente ou no exterior, da Justiça do Trabalho de qualquer ramo do Poder Judiciário, do Ministério Público ou da Advocacia, além de instituições civis e militares.

O Tribunal Superior do Trabalho, no dia 11 de agosto de 2006, homenageou a juíza Elana Cardoso Lopes Leiva de Faria, pelos serviços prestados ao longo da carreira da magistratura, com a comenda Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial.



Visita do Ministro Ronaldo Lopes Leal, Presidente do TST

O ministro Ronaldo Lopes Leal, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), visitou o Regional no dia 25.09.2006, quando se reuniu com os magistrados deste Tribunal para falar, entre outros assuntos, dos investimentos e procedimentos que o TST tem adotado, a partir de estudos, para aprimorar os serviços e proporcionar maior celeridade na tramitação processual, especialmente na área de tecnologia da informação. Ao falar sobre as visitas aos Tribunais Regionais, afirmou que teve gratas surpresas, sendo que uma delas diz respeito ao TRT da 14ª Região, declarando: "Saí de Porto Velho convencido de que temos mais um Tribunal modelo".



Movimento Nacional pela Conciliação

O TRT da 14ª Região participou do Dia do Movimento Nacional pela Conciliação realizado no dia 08 de dezembro de 2006. O mutirão foi proposto pelo Conselho Nacional de Justiça para desafogar o trâmite processual em alguns setores do Judiciário, e a Justiça Especializada Trabalhista aderiu desde o início à proposta da Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Ellen Gracie. O movimento contou com o apoio da Amatra XIV, Seccionais da OAB, Ministério Público do Trabalho, Centrais Sindicais, Sindicatos e Meios de Comunicação. O TRT da 14ª Região criou uma comissão especial para coordenar os trabalhos, formada pela juíza Isabel Carla de Mello Moura Piacentini, presidente da Amatra XIV, que participou do Treinamento de Capacitação de Multiplicadores de Conciliação, realizado na cidade de Brasília/DF, no período de 24 a 26/08/2006, promovido pela Comissão dos Juizados Especiais do Conselho Nacional de Justiça; pelo juiz Lafite Mariano, titular da 1ª VT de Porto Velho, indicado como consultor do Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho - Cálculo Trabalhista Rápido - CTR, projeto que tem entre seus objetivos disponibilizar aos magistrados instrumentos para facilitar a conciliação; e pelo Secretário-Geral de Coordenação Judiciária, Romário Nunes Thaddeu. Na 14ª Região foram realizadas 344 audiências e 280 acordos foram celebrados.



COMEMORAÇÕES

Visando à valorização dos seres humanos que fazem a instituição e o conagraçamento entre os servidores e magistrados da casa, foram ainda realizadas atividades comemorativas, coordenadas com esmero pelo servidor Roberto Carlos Moreira do setor de cerimonial, em homenagem ao Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor, em clima descontraído, com palestras, missa, culto ecumênico, apresentações musicais, sessão de cinema, desfiles e sorteios de brindes, como medida de estímulo à qualidade de vida. A cidadania também foi lembrada na celebração cívica da semana da pátria. Com viés beneficente e lúdico a festa junina de 2005, que arrecadou doações de alimentos à comunidade carente, revelou talentos dos servidores e juízes, tanto no trabalho voluntário nas barracas, cuja renda também reverteu-se em doações, quanto na animada dança da tradicional “quadrilha” junina. O aniversário de 19 e 20 anos de instalação do Tribunal foi brindado. A confraternização de fim de ano foi abrilhantada com apresentação de coral e sorteio de presentes.





Comemoração dos 20 anos da instalação do TRT da 14ª Região

No dia 28 de novembro de 2006, o TRT da 14ª Região comemorou seus 20 anos de instalação com extensa programação, que começou no início da semana, com o lançamento da logomarca oficial do Tribunal, escolhida em concurso nacional, e do selo comemorativo de 20 anos editado em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT. Na terça-feira, dia 28, foi inaugurado o Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 14ª Região e prestadas homenagens a todos os Presidentes e aos Servidores que se destacaram em suas funções, desde a criação do Regional, bem como realizada a abertura do Seminário Jurídico, com palestras de juristas de renome nacional: juízes Luciano Athayde Chaves, do TRT da 21ª Região; Rodolfo Pamplona Filho,

do TRT da 5ª Região; Aldemiro Rezende Dantas Júnior, do TRT da 11ª Região; Antonio Umberto de Souza Junior, do TRT da 10ª Região; Vulmar de Araújo Coêlho Junior e André Sousa Pereira, ambos deste Tribunal. O evento se estendeu até o dia 29.

Nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, os juízes, diretores e servidores se reuniram para mais uma oficina do GESPÚBLICA com o objetivo de exposição das melhorias implantadas em 2006, fazer a auto-avaliação das ferramentas e critérios dos Programas Gestão de “Pessoas”, “Processos” e “Cidadãos e Sociedade”, e a apresentação das diretrizes do Planejamento Estratégico Participativo.





Design / ASCOM



TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Rondônia / Acre